

Ajuste e Regressão Social⁽¹⁾

Eduardo Fagnani*

Políticas sociais e econômicas são faces de uma mesma moeda. Uma condição para se alcançar o bem-estar social é a existência de uma política econômica centrada no objetivo de se promover crescimento e equidade



Assim como ocorreu na América Latina, a recente melhoria dos padrões de vida dos brasileiros foi determinada, sobretudo, pelo crescimento da economia e seus reflexos positivos no mercado de trabalho



Políticas econômicas ortodoxas e austeras transformam um eventual ciclo virtuoso de inclusão num ciclo deletério de destituição. Uma economia estagnada não gera riqueza a ser distribuída. Ao contrário, destrói ou concentra a riqueza acumulada. O emblemático caso da União Europeia revela que o “culto à austeridade” tem provocado aumento da dívida pública (desde 2008, cresceu 4,9 pontos percentuais do PIB) e corte de gastos sociais e desemprego em massa: 10,5% da população ativa nos 28 países da União Europeia; em Portugal, chega

a 15,2%; na Espanha 25,3%; na Itália 12,7%; e, na Grécia, 26,7% (FEBBRO, 2014).

Mesmo sendo o berço dos regimes de *Welfare State*, desde 2008 a “austeridade” tem ampliado a pobreza e a desigualdade social. Joseph Stiglitz salienta que “na maioria dos países da União Europeia, o PIB *per capita* é menor que o de antes da crise”. Por detrás das estatísticas dessa meia década perdida, “as vidas arruinam-se, os sonhos desvanecem-se e as famílias desintegram-se (ou não se formam) a par da estagnação – que chega a ser depressão em alguns lugares –, que se arrasta ano após ano” (2). Assim, não basta

uma boa política social, o bem-estar também requer uma boa política econômica.

Na década de 2000, a economia global cresceu em decorrência, dentre outros fatores, do chamado “efeito-China” na impulsão do comércio internacional. O excepcional crescimento econômico desse país – liderado por setores intensivos em *commodities* metálicas e industriais, automotivo, metalúrgico e de construção civil – pressionou a demanda por esses bens, ao mesmo tempo em que o crescimento populacional interno fomentou a compra externa de alimentos (PRATES & MARÇAL, 2008).

A partir de meados da década passada, o Brasil soube aproveitar o cenário internacional favorável. Após 25 anos, o crescimento voltou a ser contemplado em sua agenda. O governo optou por políticas fiscais e monetárias menos restritivas, com destaque para a ampliação do crédito público e a redução das metas de superávit primário e dos juros básicos da economia – que, no entanto, continuaram sendo obscenos na comparação internacional.

Assim como ocorreu na América Latina, a recente melhoria dos padrões de vida dos brasileiros foi determinada, sobretudo, pelo crescimento da economia e seus reflexos positivos no mercado de trabalho, bem como por sua melhor articulação com o sistema de proteção social instituído pela Constituição de 1988.

Não obstante, com a crise financeira internacional de 2008, esse cenário foi alterado. Como se sabe, a “maior crise do capitalismo desde 1929” promoveu quebras no setor financeiro, derrubou a confiança dos mercados, paralisou o crédito e contraiu a atividade econômica. As soluções encontradas pelos Estados Nacionais para salvar os capitalistas do capitalismo desregulado e evitar quebras sistêmicas concentraram a riqueza financeira e estimularam novas ondas de especulação com ativos. O forte endividamento governamental nos países centrais passou a ser enfrentado por políticas de “austeridade” que vêm provocando um longo ciclo de estagnação global. A queda dos preços das *commodities*, a crise do comércio internacional e o acirramento da competição capitalista afetaram as contas externas dos países periféricos (3) (ARAÚJO, 2015; JAYME Jr., 2015). Em decorrência dos limites e desdobramentos das ações adotadas em 2008, uma nova crise global parece inevitável (4).

O contexto internacional e a “crise” brasileira

Para os liberais brasileiros, no entanto, o mundo caminhou bem entre 2009 e 2014 e os problemas econômicos atuais seriam frutos exclusivos do intervencionismo estatal presente na chamada *Nova Matriz Macroeconômica*. No final de 2013, um representante do *mainstream* pontificou que “a economia mundial move-se devagar, mas consistentemente, em uma direção que nos é menos favorável. Enquanto isso, nossos fundamentos econômicos se deterioraram, com alta nos déficits externo e fiscal, expectativas de inflação desancoradas e forte queda do crescimento potencial do Produto Interno Bruto” (5). O fato grave é que essa visão passou a ser hegemônica.

Longe de afirmar que não foram cometidos erros na condução da política econômica (ROSSI & BIANCARRELLI, 2015), mesmo assim a visão liberal não se sustenta. Entre 2011 e 2014, a inflação manteve-se próxima do teto da meta; a dívida externa pública bruta em porcentagem do PIB subiu ligeiramente (de 12,0% para 15,9%, ante 42%, em 2002); as reservas internacionais líquidas passaram de US\$ 352 bilhões para US\$ 374 bilhões (US\$ 16 bilhões em 2002); a dívida externa pública líquida em relação ao PIB melhorou (de -2,9% para -3,5%; 37%, em 2002); a dívida pública líquida em relação ao PIB manteve-se num patamar próximo a 36%, após chegar a 33,8% em 2013 (60% em 2002); e os aportes do tesouro para o BNDES financiar os investimentos e induzir o crescimento contribuíram para que a dívida pública bruta em relação ao PIB subisse de 51% para 59% (GOMES & CRUZ, 2015).

No mercado de trabalho, o ciclo de geração de empregos e fortalecimento dos salários teve continuidade entre 2011 e 2014: o salário-mínimo nominal subiu de R\$ 646 para R\$ 724,00; a taxa de desemprego aberto caiu de 6,7% para 5,5%; e, foram criados mais de quatro milhões de empregos formais (o número total de empregados com vínculo formal de emprego passou de 44 para 48 milhões) (IDEM).

Na mesma perspectiva, entre 2011 e 2014, diversos indicadores socioeconômicos permaneceram satisfatórios na comparação internacional (OCDE, 2015). Observe-se, por exemplo, que, ao contrário do que se observa em grande parte dos países desenvolvidos, a taxa de desemprego seguiu trajetória de queda (Tabela 1).

No final de 2013, um representante do *mainstream* pontificou que “a economia mundial move-se devagar, mas consistentemente, em uma direção que nos é menos favorável”

Tabela 1 – Taxa de desemprego nos países desenvolvidos e em sua periferia europeia

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Irlanda	12,0	13,9	14,6	14,7	13,0	11,2
Grécia	9,5	12,5	17,7	24,2	27,3	25,3
Espanha	18,0	20,1	21,7	25,0	26,4	24,6
Portugal	9,5	10,8	12,7	15,7	16,3	14,2
Itália	7,8	8,4	8,4	10,7	12,2	12,6
Alemanha	7,8	7,1	6,0	5,5	5,3	5,3
França	9,5	9,7	9,6	10,2	10,8	10,0
Reino Unido	7,7	7,9	8,1	8,0	7,6	6,3
Estados Unidos	9,3	9,6	8,9	8,1	7,4	6,3
Japão	5,1	5,0	4,6	4,3	4,0	3,7
Brasil	8,1	6,7	6,0	5,5	5,4	5,5

Fonte FMI/IBGE - Elaboração GOMES & CRUZ (2015)

A dívida pública (bruta) do Brasil (média do período 2011-2014) situa-se num patamar de 55% do PIB, bem abaixo da observada nos EUA (103% do PIB) e nos países da Europa (em 15 países essa proporção atinge 93%), sendo inferior à da Alemanha (79% do PIB) (6). Relatório da OCDE (2015) revela que, dentre 41 países, o Brasil ocupa a 11ª posição no indicador dívida pública *per capita*.

Tabela 2 – Dívida pública (bruta) nos países desenvolvidos e em sua periferia europeia (% do PIB)

Países	2011	2012	2013	2014	Média 2011/2014
Irlanda	99	111	116	112	110
Grécia	170	157	175	174	169
Espanha	71	86	94	99	88
Portugal	108	124	129	131	123
Itália	121	127	132	137	129
Alemanha	80	81	78	76	79
França	84	89	92	95	90
Reino Unido	84	89	91	92	89
Estados Unidos	99	102	104	106	103
Japão	230	237	243	245	239
Euro Área (15 Países)	88	93	95	96	93
Brasil (*)	51	55	53	59	55

Fonte FMI/BCB – Elaboração: GOMES & CRUZ (2015)

(*) posição em dezembro



Tombini (BC), Barbosa (Planejamento) e Levy (Fazenda).

O déficit público (nominal) do Brasil (média do período 2011-2013) situa-se num patamar de -2,8% do PIB, muito abaixo do observado nos EUA (-9,8%) e em diversos países da Europa, exceto na Alemanha (-1,7%).

Tabela 3 – Déficit público (nominal) nos países desenvolvidos e em sua periferia europeia (em % do PIB)

Países	2009	2010	2011	2012	2013	Média 2009/2013
Irlanda	-13,9	-30,9	-13,3	-8,1	-7,5	-14,7
Grécia	-15,6	-10,8	-9,5	-6,9	-5,6	-9,7
Espanha	-11,2	-9,7	-9,4	-8,1	-6,3	-8,9
Portugal	-10,2	-9,8	-4,4	-5,2	-4,9	-6,9
Itália	-5,4	-4,3	-3,8	-3	-2,9	-3,9
Alemanha	-3,1	-4,2	-0,8	-0,2	-0,4	-1,7
França	-7,6	-7,1	-5,2	-4,5	-3,4	-5,6
Reino Unido	-10,9	-10,1	-8,3	-6,6	-6,9	-8,6
Estados Unidos	-11,9	-11,4	-10,2	-8,5	-6,8	-9,8
Japão	-8,8	-8,4	-9,3	-9,9	-10,1	-9,3
Euro Área (15 Países)	-6,3	-6,2	-4,1	-3,3	-2,8	-4,5
Brasil	-3,3	-2,5	-2,6	-2,5	-3,3	-2,8

Fonte FMI/BCB - Elaboração GOMES & CRUZ (2015)

Nos últimos dezesseis anos, o Brasil vem gerando expressivo superávit primário (Tabela 4). Entre 2004 e 2013, a média anual foi de 3% do PIB; e entre 2011 e 2013, caiu ligeiramente (2,5% do PIB).

No caso do resultado nominal, o déficit entre 1999 e 2003 foi, em média, de -5,6% do PIB. Entre 2004 e 2013, caiu pela metade (-2,9% do PIB); e, no triênio 2011-2013 permaneceu nesse patamar (-2,8% do PIB).

Portanto, não se sustenta a afirmação de que a crise atual é “fundamentalmente, uma crise de irresponsabilidade fiscal”, como querem os algozes da legalidade democrática (7). Tampouco estaria havendo “o sacrifício dos fundamentos (econômicos) em prol da economia do povo, marca do modelo bolivariano”, como sustenta o *mainstream* (8).

Tabela 4 – Setor Público Consolidado – Resultado Primário e Nominal (em % do PIB)

Ano	Resultado Primário	Resultado Nominal
1999	3,2	-10,1
2000	3,5	-4,5
2001	3,6	-3,6
2002	3,9	-4,6
2003	3,3	-5,2
2004	3,7	-2,9
2005	3,8	-3,6
2006	3,2	-3,6
2007	3,3	-2,8
2008	3,4	-2,0
2009	2,0	-3,3
2010	2,7	-2,5
2011	3,1	-2,6
2012	2,4	-2,5
2013	1,9	-3,2
2014	-0,6	-6,7
Média 1999-2003	3,5	-5,6
Média 2004-2013	3,0	-2,9
Média 2011-2013	2,5	-2,8

Fonte FMI/IBGE – GOMES & CRUZ (2015)

Não obstante, em 2014, de fato os resultados primário e nominal pioraram de forma expressiva (respectivamente, -0,6% e -6,7% do PIB), refletindo, em grande medida, o cenário externo desfavorável, bem como o esgotamento do ciclo de consumo, a não

impulsão dos investimentos e a inflexão nos rumos da economia a partir do início de 2013, quando o Banco Central iniciava um novo ciclo de elevação da taxa de juros, ampliando o endividamento público e restringindo a atividade econômica. A consequente queda da receita tributária foi amplificada pelo aprofundamento da questionável política de incentivos fiscais (SALVADOR, 2015).

Qual ajuste fiscal?

Neste cenário, a necessidade de ajuste fiscal passou a ser inevitável. Não obstante, diversos especialistas vêm alertando para a necessidade de haver “sintonia fina” na calibragem para não comprometer a trajetória de longo prazo e limitar as possibilidades de se enfrentar os problemas estruturais históricos do país (BASTOS, 2015; CONTI, 2015; MELLO, 2015). Na visão de PRADO (2015), por exemplo, seria recomendável a ausência de movimentos bruscos no regime macroeconômico, evitando-se o “austericídio”:

“Os países devem construir um padrão de intervenção macroeconômica que lide com as fases descendentes cíclicas, sem arruinar as tendências de longo prazo. Já observamos que os ajustes fiscais são mais viáveis e menos dolorosos em momentos de bonança com gradualismo. Que a política monetária deve procurar a estabilidade nominal, mas também a real, sem provocar volatilidade excessiva do PIB, desemprego e queda dos salários, e que o regime cambial mais efetivo é de flutuação administrada com regulação restritiva a fluxos especulativos de capitais”.

Ajuste fiscal não se encerra em corte de despesas. Ele também poderia buscar recompor os mecanismos de financiamento do Estado. Existem espaços para a correção das iniquidades do sistema tributário tornando-o mais próximo daquele praticado na maior parte dos países capitalistas.

Da mesma forma, deveria haver esforços no sentido da revisão dos chamados “gastos tributários”, um conjunto de isenções fiscais para pessoas físicas e setores econômicos específicos, que foram ampliados no período recente. **Salvador (2015)** demonstra que, entre 2010 e 2014, em valores constantes, essas renúncias fiscais saltaram de R\$ 184 bilhões para R\$ 263 bilhões (de 3,6% para 4,7% do PIB), comprometendo 23,06% da arrecadação tributária federal no ano passado.

A recomposição da capacidade de investimento do Estado criaria as condições para a indução do crescimento, o melhor remédio para o ajuste das contas públicas. Não obstante, não há crescimento e

ajuste fiscal possíveis com elevação dos juros básicos da economia. “Não adianta ter um superávit primário de 3% quando se tem uma conta de juros de 6%; aí tem um déficit de 3%”, alerta Amir Khair (9).

É curioso que dez anos atrás, o Ministério da Fazenda pretendia aprofundar o ajuste fiscal. Joaquim Levi, então secretário do Tesouro, participou da elaboração do chamado *Programa do déficit nominal zero*, que propunha superávit primário de 7% do PIB por um período de dez anos. Todavia, para a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tratava-se de um “plano rudimentar”, pois não atacava a questão dos juros:

“Para crescer é necessário reduzir a dívida pública. Para a dívida pública não crescer, é preciso ter uma política de juros consistente, porque senão você enxuga gelo. Faço um superávit primário de um lado e aumento o estoque e o fluxo da dívida. Eu me fechei em mim mesma. É uma discussão que tem de ser feita com muita cautela. Discutir ajuste fiscal de longo prazo não é fazer projeção para dez anos com base em planilha. Fazer um exercício de números dentro do meu gabinete e achar que ele será compatível com o nosso País não é consistente” (*O Estado de São Paulo*, 9-112005).

Dez anos depois, Joaquim Levi se tornaria ministro da Fazenda. O governo eleito cedeu às pressões do mercado e voltou a aplicar a estratégia de “enxugamento de gelo”.

O ajuste econômico

Analisando o caso Europeu, Milios (2015) observa que política de “austeridade” é, antes de qualquer outra coisa, uma “política de classe”:

“A crise é vista como uma oportunidade para promover mudança histórica na correlação de forças em benefício do poder capitalista, submetendo as sociedades europeias (por exemplo) às condições impostas pelos mais violentos mercados financeiros, dedicados a jogar todo o peso das consequências da crise sistêmica do capital, sobre os ombros dos trabalhadores (...). Na superfície, (a política liberal) opera como estratégia para reduzir os custos da empresa. O arrocho reduz os custos trabalhistas do setor privado, aumenta o lucro por unidade de custo (do trabalho)

A recomposição da capacidade de investimento do Estado criaria as condições para a indução do crescimento, o melhor remédio para o ajuste das contas públicas. Não obstante, não há crescimento e ajuste fiscal possíveis com elevação dos juros básicos da economia

e, assim, faz aumentar os lucros. No que tenha a ver com consolidação fiscal, o arrocho [é ARROCHO! Nada tem de austeridade!] dá prioridade a cortes no orçamento, não à renda pública, ao reduzir impostos sobre o capital e grandes rendas e ao fazer encolher o estado de bem-estar. (...) No longo prazo, o arrocho visa a criar um modelo de trabalho com menos direitos e menor proteção social, com salários baixos e ‘flexibilizados’ e sem poder de barganha para os assalariados”.

Nesse ponto, o paralelo com o caso brasileiro é cristalino. Os economistas liberais têm argumentado que o baixo desemprego seria o vilão do controle da inflação. “A saída é frear a economia. É demitir mesmo” (10), sintetizou um deles, reprisando ensinamentos anteriores:

“Não há alternativa realista para redução da inflação que não passe pela moderação dos aumentos salariais. Porém, se os salários sobem hoje em larga medida por conta do baixo desemprego, a conclusão é que esse nível de desemprego é incompatível com a inflação próxima à meta de 4,5%” (11).

A “proposta desses ‘gênios’” foi criticada por Antonio Delfim Netto, para quem, o Brasil estava vivendo um “processo civilizatório” de inclusão social e o controle da inflação não deveria afetar es-

sas conquistas:

“A empregada doméstica virou manicure ou foi trabalhar num call center. Agora, ela toma banho com sabonete Dove. A proposta desses ‘gênios’ é fazer com que ela volte a usar sabão de coco, aumentando os juros” (12).

Outro especialista vai além e argumenta que a construção de superávit primário que consiga estabilizar a dinâmica da dívida pública requer a mudança no “contrato social da redemocratização”. Ou seja, prega a regressão dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, um marco do processo civilizatório brasileiro (13).

Na mesma perspectiva, em meados de 2014, em artigo escrito numa coletânea organizada pela Casa das Garças paulista, Joaquim Levy demonstra espanto com o fato de que “o número de beneficiários de programas sociais vem crescendo expressivamente”. Sua preocupação era com as “despesas obrigatórias”

impulsionadas “pelas despesas da Previdência Social e Programa Sociais, incluindo pagamentos de benefícios mínimos, aí participando o Bolsa Família, além daqueles associados ao Abono Salarial e Seguro Desemprego, que se ampliaram muito com a formalização da economia” (14).

O fortalecimento do tripé macroeconômico ortodoxo funciona como armadilha para o crescimento e interdita o desenvolvimento. A opção pela ortodoxia está aprofundando a recessão, a queda da arrecadação e a ampliação da dívida pública, o que exigirá ajustes fiscais ainda mais severos. A tese da “contração fiscal expansionista” é uma estultice sem tamanho. Como previsível (MELLO, 2015-B), os primeiros resultados do ajuste mostram grave deterioração dos fundamentos econômicos.

O governo já trabalha com a projeção de queda de 1,5% do PIB em 2015 (setores do mercado projetam uma queda de 2% do PIB). A fraca arrecadação poderá comprometer o cumprimento da meta de superávit primário (até maio, o governo federal havia cumprido apenas 12% da meta anual) (15). A arrecadação de impostos federais registrou queda real de 4% em maio deste ano, em comparação com maio de 2014 (16). O déficit nominal chegou a 7,3% do PIB (ante 6,7% do PIB em dezembro de 2014). A dívida bruta alcançou 62,5% do PIB (ante 59% em dezembro de 2014). O gasto com juros da dívida pública subiu para 8,4% do PIB (ante 4,5% em 2013) (17). Mesmo com o prolongado ciclo de altas de juros, a inflação permanece em trajetória de alta: o acumulado de 12 meses totaliza 8,9% (18).

Regressão social

Esse cenário não é conciliável com a “preservação dos direitos sociais”. O aumento do desemprego e o rebaixamento dos salários já aparecem como dados preocupantes na estatística oficial. De janeiro a maio deste ano foram fechados 243.948 empregos formais (em 12 meses, o saldo negativo chega a 452.835 vagas). O desemprego (Pesquisa Mensal de Emprego) chegou a 6,7% em maio desse ano (ante 5,5%, em dezembro de 2014). A renda média real do trabalho recuou 5% em maio de 2015, o que foi saudado com “boa notícia” pelo *mainstream* (19).

A continuidade deste processo poderá corroer a inclusão social dos últimos anos. É preciso ressaltar

que o núcleo dessa inclusão não reside no programa Bolsa Família: ao contrário do senso comum e a despeito dos seus méritos, o fator determinante foi o crescimento da economia e suas consequências na impulsão do mercado de trabalho e do gasto social que potencializaram os efeitos redistributivos da Seguridade Social instituída pela Constituição de 1988 (FAGNANI & FONSECA, 2013).

Em decorrência do crescimento econômico, entre 2002 e 2014, mais de 25 milhões de empregos formais foram criados, a taxa de desemprego caiu para menos da metade (de 12,3% para 5,5%) e o salário-mínimo real cresceu mais de 70%. A renda das famílias também foi ampliada pelas transferências de renda da Seguridade Social (cerca de 40 milhões de benefícios diretos, 2/3 dos quais equivalentes ao piso do salário mínimo). Em menor medida, os programas de combate à pobreza extrema também contribuíram para a elevação da renda das famílias e, especialmente, para o combate à fome.

O crescimento econômico impulsionou as receitas fiscais, melhorando as contas públicas e reduzindo as restrições para o gasto social. O Gasto Social Federal (GSF) per *capita* experimentou aumento real de quase 60% entre 2004 e 2010 (passou de R\$ 2.100,00 para R\$ 3.325,00). O principal item de ampliação do gasto social consistiu nas transferências de renda da Seguridade Social (Previdência rural e urbana, assistência social e seguro desemprego). Mas, eles também foram impulsionados na expansão da oferta de serviços sociais. Os gastos federais com educação, por exemplo, dobraram (valores constantes), passando de R\$ 21,2 para 45,5 bilhões entre 2000 e 2010. Os gastos federais com saúde cresceram mais de 60% em termos reais entre 2000 e 2010 (de R\$ 41 para R\$ 69 bilhões) (CASTRO & OUTROS, 2012). O setor de saneamento – que vive um problema estrutural crônico desde meados da década de 1980 – voltou a receber alguma prioridade a partir de 2007 no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre 2000 e 2009 os gastos federais com o setor passaram de um patamar de R\$2 para R\$ 8 bilhões. Cabe registrar também a ampliação nos gastos em habitação popular, a partir da criação do programa Minha Casa, Minha Vida, que alcançou 1,3 milhão de moradias entregues até agosto de 2013, beneficiando mais de 4,6 milhões de brasileiros.

A opção pela ortodoxia está aprofundando a recessão, a queda da arrecadação e a ampliação da dívida pública, o que exigirá ajustes fiscais ainda mais severos. A tese da “contração fiscal expansionista” é uma estultice sem tamanho

Essa melhor articulação e a conjugação de políticas econômicas e sociais contribuíram para a melhora dos indicadores de pobreza extrema, distribuição da renda do trabalho, mobilidade social e consumo das famílias. Em 2011, o Brasil atingiu seu menor nível de desigualdade de renda medido pelo índice de Gini desde 1960. Entre 2003 e 2012 a desigualdade social entre os assalariados declinou de forma expressiva: o rendimento médio real mensal dos trabalhadores subiu cerca de 30% enquanto que, para os 20% mais pobres, o crescimento foi superior a 70%. A elevação da renda do trabalho respondeu por cerca de 60% da queda da desigualdade social; a Seguridade Social contribuiu com 27%; e o programa Bolsa Família com 13% (IPEA, 2012).

Considerações finais

É possível que a regressão social arruíne esse formidável capital político. A continuidade dessa marcha poderá fazer com que o governo deixe de contar com os últimos apoios populares que lhe restam: a massa trabalhadora, os cidadãos em situação de pobreza extrema e os indivíduos que ascenderam socialmente pela via do consumo (20).

Sem mudanças na estratégia econômica, o governo cumprirá à risca o roteiro traçado pela oposição desde os antecedentes da campanha eleitoral – que foi redesenhado para impedir sua continuidade ou fazê-lo “sangrar” até 2018. Varrer do mapa o legado da inclusão social poderá vir a ser o cartão de visitas desses setores nas próximas eleições.

Esse processo regressivo está sendo impulsionado por um modelo de gestão macroeconômica que tem sido questionado inclusive por instituições que representam o *establishment* da ordem ideológica, econômica e política globais (21).

Sim, existem alternativas! (22).

* Eduardo Fagnani é professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT/IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social – Agenda para o Desenvolvimento (www.plataformapoliticasocial.com).

Notas

- (1) Agradeço pelos comentários de Aloísio Barroso e Pedro Rossi.
- (2) http://www.esquerda.net//artigo/loucura-economica-da-europa-nao-pode-durar-sempre-afirma-stiglitz/35496?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook
- (3) No caso brasileiro, entre 2007 e 2012, o saldo da balança comercial declinou de US\$ 40 bilhões para US\$ 19 bilhões; em 2013, atingiu US\$ 2,4 bilhões e em 2014, voltou a ser negativo (US\$ 3,9 bilhões) (GOMES & CRUZ, 2015).

(4) Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/os-alertas-para-uma-nova-crise-financeira-internacional>

(5) Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/3364162/economia-do-povo>

(6) Dentre 41 países, o Brasil ocupa a 11ª posição no indicador dívida pública *per capita* (OCDE, 2015).

(7) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/226112-responsabilidade-fiscal-e-quotpedaladas-quot.shtml>

(8) Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/3364162/economia-do-povo>

(9) Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537327-reducao-da-selic-e-assunto-proibido-enquanto-isso-a-economia-segue-ladeira-abaixo-entrevista-especial-com-amir-khair>

(10) Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/delfim-ataca-genios-dos-juros-altos-7935616#ixzz3fbysDI98>

(11) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/alex-andreschwartzman/2013/05/1282673-paladinos-da-estagflacao.shtml>

(12) Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/delfim-ataca-genios-dos-juros-altos-7935616#ixzz3fc2iGtML>

(13) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2015/07/1654703-a-situacao-se-complica.shtml>

(14) Disponível em: <http://cdpp.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/CAPITULO-5.pdf>

(15) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1656387-governo-ja-preve-ate-2-de-queda-do-pib.shtml>

(16) Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/mesmo-com-aumento-de-tributos-arrecadacao-tem-pior-maio-em-5-anos.html>

(17) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1649655-divida-e-deficit-publicos-batem-recorde-com-economia-menor-e-juros-maiores.shtml>

(18) *Boletim FPA*, Ano 3, n. 291, 08 de julho de 2015.

(19) “Quanto mais rápida for a queda do salário real, mais rapidamente a inflação –principalmente a inflação de serviços – convergirá para a meta e, portanto, mais rapidamente o Banco Central poderá iniciar um ciclo de redução da taxa de juros e menor, portanto, será o aumento do desemprego. (...) Ou seja, tudo caminha para que, em um ano e meio, no início de 2017, divisemos inflação na meta e déficit externo de 2,5% do PIB. Se a economia conseguir retomar o crescimento na casa de 2% a 2,5% ao ano teremos obtido, após dois longos anos de ajustes, equilíbrio macroeconômico, mesmo que precário, a partir do qual poderemos pensar em voos mais altos”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2015/07/1651777-luzes-no-fim-do-tunel.shtml>

(20) O recente aumento do limite para crédito consignado (de 30 para 35% da renda), destinado a pagar ou renegociar dívidas no cartão de crédito, já sinaliza fortemente neste sentido. Convém lembrar que em abril de 2015 os juros do cartão de crédito rotativo atingiram 347,5% ao ano, custos que, segundo o *The New York Times*, “fariam um agiota americano sentir vergonha”. <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/05/juro-do-cheque-especial-e-o-maior-desde-95-e-do-cartao-beira-350.html>

(21) Consultar: <http://plataformapoliticasocial.com.br/politica-economica-brasileira-na-contramao-do-debate-ortodoxo-internacional/>; e, <http://revistapoliticasocialesdesenvolvimento.com/2015/03/09/apresentacao-15/>

(22) Consultar: FARHI & PRATES (2015); NASSIF (2015); PAULA & SARAIVA (2015); e LACERDA (2015).

Referências bibliográficas

- ARAUJO, E. "Política cambial e gerenciamento dos fluxos de capitais pós-crise: o debate internacional e o caso brasileiro". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 20 de junho de 2015 (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- BASTOS, C. P. "Não existe não haver alternativa". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 16 de março de 2015 (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- CASTRO, J. A. e outros **Gasto Social Federal: uma análise da prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. Brasília: IPEA. Nota técnica 9, junho de 2012.
- CONTI, B. "Um tripé estático e um país que tenta movimentar-se". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 15 de março de 2015 (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- FEBBRO, E. "Os resultados catastróficos do choque de gestão na Europa". In: **Carta Maior**, 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FOS-resultados-catastroficados-do-choque-de-gestao-na-Europa%2F6%2F31648>
- FARHI, M. & PRATES, D. (2015). "Perspectivas das Economias Avançadas". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 14 de fevereiro de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- FAGNANI, E. & FONSECA, A. (org.). **Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento: educação, seguridade social, infraestrutura urbana, pobreza e transição demográfica**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2014/04/PolíticasSociais-Vol02.pdf>
- GOMES, G. & CRUZ, C. A. **Vinte anos de economia brasileira – 1995-2014**. Centro de Altos Estudos Brasil, **Século XXI**, 2015. Disponível em: <http://altosestudosbrasillxxi.cgee.org.br/>
- IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Brasília: IPEA, Comunicados do IPEA, n. 155, 2012.
- JAYME JR, F. (2015) "A Restrição Externa, mais uma vez!" In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 14 de fevereiro de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- LACERDA, A. C. "Por uma nova gestão macroeconômica: crescimento, contas públicas, câmbio e juros". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 15 de março de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- MELLO, G. S. "Regimes Macroeconômicos e o Brasil pós-crise". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 15 de março de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- MELLO, G. S. "Três cenários possíveis para o Brasil em 2015: o bom, o mau e o feio". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 18 de abril de 2015-B (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- MILIOS, J. Austerity Isn't Irrational. 2015. Disponível em: www.jacobinmag.com/2015/06/syriza-greece-austerity-neoliberalism-tsipras/
- NASSIF, A. "Tripé Macroeconômico: Limites e Propostas de Mudança". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 15 de abril de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- OCDE. **Government at a Glance 2015**. Paris: OCDE Publishing, 2015. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/ocd/governance/government-at-a-glance-2015_gov_glance-2015-en#page1
- PAULA, L. F. & SARAIVA, P. J. "Regime de metas de inflação: algumas lições da revisão do 'Novo Consenso'". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 20, junho de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- PRADO, A. "Gestão macroeconômica e Desenvolvimento". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 14 de fevereiro de 2015 (ISSN: 2358-0690). <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- PRATES, D. & MARÇAL, E. "O Papel do Ciclo de Preços das *Commodities* no Desempenho Recente das Exportações Brasileiras". In: **Revista Análise Econômica**, vol. 26, n. 49, pp. 163-191, 2008.
- ROSSI, P. & BIANCARELLI, A. "Do industrialismo ao financismo". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 13 de fevereiro de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>
- SALVADOR, E. (2015). "Consequências das Renúncias Tributárias no Financiamento da Seguridade Social no Brasil". In: Revista **Plataforma Política Social e Desenvolvimento**, 19 de maio de 2015 (ISSN: 2358-0690). Disponível em: <http://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/>